

Panorama Orçamentário - Financeiro

A ATUAL situação financeira do país está a exigir, fora de dúvida, sejam adotadas severas medidas, tendentes à compressão dos gastos públicos: impõe-se seja alcançado o equilíbrio orçamentário ou, pelo menos, obtida a redução dos persistentes "deficits", que se registram, em escala crescente, desde a nossa Independência. Note-se aqui, de passagem, para corroborar o acêrto da afirmação que, já em 1900, a cifra dos "deficits" acumulados atingia a 1.669 milhões de cruzeiros, ou seja, um total duas e meia vezes maior do que o meio circulante que montava, àquela época, em 670 milhões de cruzeiros. Enquanto isto, para objeto de confronto, observe-se que, prestes a se encerrar o exercício de 1950, o total desses "deficits" acumulados se elevava a cerca de 24.500 milhões de cruzeiros, não computadas aí, entretanto, as despesas decorrentes da nossa participação no último conflito mundial, cujo financiamento se processou mediante empréstimos.

Ora, um país novo como o Brasil, ainda em fase de desenvolvimento e cuja população neste meio século triplicou, tem, a par de outros fatores, a necessidade de aumentar — é inegável — seus meios de pagamentos. A simples comparação, porém, entre os crescimentos demográfico e monetário vem mostrar que o meio circulante "per capita", — situado, em 1900, no nível dos 39 cruzeiros —, alçou a 594, em fins de 1950. Tal ocorrência mostra, à saciedade, portanto, um desenvolvimento exagerado (15 vezes superior), o que evidencia clara e insofismavelmente a tendência inflacionária, colocada, destarte, muito acima do real aumento da produção.

E' óbvio que tal situação foi sempre provocada pelos "deficits" orçamentários, responsáveis pelas emissões de papel-moeda e trazendo como corolário, conseqüente baixa da taxa cambial e esta, a seu turno, vindo alimentar desastrosamente a alta dos preços no mercado interno determinou, em círculo vicioso, novas emissões. De modo concreto e em linguagem incisiva: na última década, foi deveras acentuado o fenômeno; enquanto no período da guerra mundial 1940-1945 os "deficits" orçamentários do Governo Federal totalizaram 4.342 milhões de cruzeiros e o papel-moeda emitido chegou à cifra de 12.500 milhões, no quinquênio 1946-1950 é de se destacar que os saldos negativos orçamentários mais do que duplicaram (9.180 milhões) e o papel-moeda em circulação foi acrescido de mais de 13.670 milhões de cruzeiros. Evidencia-se, pois, mesmo aos pouco afeitos ao problema em foco, a desigualdade da relação papel-moeda e "deficit" orçamentário: no primeiro caso atingia a 2,9; no último, 1,5. Merece, aqui, que se abra um parêntese: Neste particular, é explicável a disparidade que se nota! Durante o último conflito armado, o Governo viu-se forçado a financiar grande parte da exportação, havendo

até mesmo sido proporcionado cêrca de 12.900 milhões de cruzeiros pelos "superavits" da balança comercial, a qual mesmo reduzida pelos compromissos da balança de serviços, ainda exigia elevados pagamentos em cruzeiros aos exportadores nacionais; no período de 46-50, a relação papel-moeda "deficit" orçamentário mostra que cêrca de 2/3 das emissões, se destinaram apenas à cobertura dos saldos para menos dos gastos públicos. Esta demonstração patenteia que, no quinquênio encerrado em 1950, o Govêrno emitiu 50% a mais do numerário correspondente aos "deficits" dos orçamentos públicos, ou seja, cêrca de 4.600 milhões de cruzeiros e cujo destino foi exigido em parte pelo comércio exterior. Apesar do montante das exportações trazerem um ativo de 8.403 milhões de cruzeiros, os compromissos de pagamento por parte do Govêrno aos exportadores decresceram consideravelmente, de vez que as transferências de capitais dos serviços do Govêrno, e outros itens da balança de pagamento, canalizaram para o Banco do Brasil substanciais parcelas de moeda nacional. Além disso, perto de 1.350 milhões de cruzeiros do saldo dessa balança ficaram congelados, frente ao preceituado no Decreto-lei n.º 9.254, de 26-7-1946, pelo qual foi criada a obrigação de dar aplicação em letras do Tesouro, por parte dos exportadores e com vencimento de 120 dias, às importâncias correspondentes a 20% do valor em cruzeiros das vendas e câmbio que fizeram.

✂ Refletindo êstes resultados danosos e pecando pelos mesmos males de origem, o último orçamento federal, isto é, o de 1950, foi um exemplo típico. Tendo sido votado com um "deficit" inicial de 3.524 milhões de cruzeiros e, já no nascedouro, entartado de autorizações de gastos originários de exercícios anteriores (créditos adicionais transferidos) num montante de 1.655 milhões de cruzeiros, foi agravado, no correr do exercício, com cêrca de 975 milhões, germinados por novos créditos (suplementares, 63 milhões; extraordinários, 10 milhões e especiais, 902 milhões de cruzeiros). Como tivessem sido autorizadas as despesas nesse ano em 24.929 milhões, fácil seria antever elevadíssimo "deficit". Todavia, a execução orçamentária acusou uma despesa de 23.669 milhões para uma receita de 19.378 milhões de cruzeiros, o que equivaliu a ter sofrido decesso o "deficit" situando-se em 4.297 milhões de cruzeiros, reduzidas de mais de 1 bilhão as dotações autorizadas. Dêsse total, cêrca de 240 milhões de cruzeiros se compunham de créditos adicionais. ✂

Por outro lado, as despesas orçamentárias de caixa acusaram, no exercício transato, um passivo de 3.264 milhões de cruzeiros, montante êste que, solicitado como adiantamento ao Banco do Brasil, foi dos elementos que mais respondem pelas elevadas emissões lançadas no ano próximo passado: sômente os títulos redescantados originários do citado Banco alcançaram perto de 4.500 milhões de cruzeiros.

Eis aí como evoluiu o quadro orçamentário-financeiro, em 1950, fotografado nas suas diversas etapas e gravado seu desfecho. }
}